



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia



LIDO, AUTUE-SE E INCLUA EM PAUTA

09 ABR 2024

1º Secretário

PROTOCOLO	<div>Estado de Rondônia Assembleia Legislativa 09 ABR 2024 Protocolo: 63/24</div>	PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº	63/24
	AUTOR: DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS		
<p>Acrescenta o parágrafo 6º ao artigo 167 no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, que dispõe sobre a regulamentação do uso de fontes em Títulos Honoríficos, Honra ao Mérito e Votos de Louvor.</p> <p>A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:</p> <p>Art. 1º Fica acrescentado o parágrafo 6º ao artigo 167, no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, que passará a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>.....</p> <p>“Art. 167.</p> <p>§6º Fica proibido o uso de fontes decorativas, estilizadas ou qualquer tipo de letra que possa comprometer a clareza e a legibilidade dos documentos oficiais que concedam os Títulos Honoríficos, Honra ao Mérito e Votos de Louvor”.</p> <p>§7º Fica determinado que ao conceder os Títulos Honoríficos, Honra ao Mérito e Votos de Louvor, o departamento responsável deverá utilizar exclusivamente a fonte “Gabriola”, com tamanhos variando entre 12 a 18 pontos. (NR)</p> <p>.....</p> <p>Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 2 de abril de 2024.</p> <p>DELEGADO CAMARGO Deputado Estadual Republicanos</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº	
	AUTOR: DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS		
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Senhores Parlamentares,</p> <p>Tenho a honra de submeter esta proposição de Projeto de Resolução, visando regulamentar o uso de fontes nos documentos oficiais que concedem títulos honoríficos, honra ao mérito e votos de louvor no âmbito da Assembleia Legislativa de Rondônia.</p> <p>O tencionado alinhamento visa garantir a uniformidade e a clareza na apresentação dessas honrarias, assegurando que tais documentos sejam facilmente legíveis e compreensíveis por todos os cidadãos agraciados.</p> <p>A proibição do uso de fontes decorativas, estilizadas ou qualquer outra forma que possa prejudicar a leitura tem o objetivo de evitar ambiguidades e interpretações equivocadas, promovendo a transparência e a seriedade na concessão dessas distinções. Além disso, a regulamentação das fontes a serem empregadas em tais documentos contribui para a padronização estética e a identificação visual dos mesmos.</p> <p>Desta forma, espera-se promover a eficiência administrativa, a simplicidade na elaboração e leitura desses documentos, bem como o reconhecimento apropriado daqueles que recebem as honrarias em questão.</p> <p>A resolução proposta se propõe a valorizar e aprimorar os mecanismos de reconhecimento público, conferindo-lhes maior credibilidade, e para isso, contamos com o apoio e o voto dos Nobres Pares para aprovação desta proposição.</p> <p style="text-align: center;"></p>			